

**Moção Consema 02/95**

**De 21 de junho de 1995.**

**99ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Doutor José Ribamar Sarney;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães;

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Doutor Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, Doutor José Sarney Filho;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Partido da Frente Liberal–PFL, Doutor Jorge Konder Bornhausen;

Excelentíssimo Senhor Senador da República, Doutor Fernando Coutinho Jorge;

Excelentíssimo Senhor Embaixador, Doutor Rubens Ricúpero;

Ilustríssimo Senhor Beloyanis Bueno Monteiro, Responsável pela Rede de ONGs da Mata Atlântica.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, reunido em sua 99ª Reunião Plenária Ordinária, tendo em vista as críticas feitas ao Decreto Federal nº 750/93, que estabeleceu critérios para a conservação da Mata Atlântica, críticas estas formuladas por alguns setores empresariais e por parlamentares, notadamente do Estado de Santa Catarina, dirige-se a Vossas Excelências para manifestar o que se segue.

A Mata Atlântica é o segundo conjunto de ecossistemas mais ameaçados do Planeta, só perdendo para as quase extintas florestas de Madagascar. Ao longo dos nossos quase quinhentos anos de história, ela foi reduzida a apenas 8% de

sua área original, que, na época da chegada dos colonizadores, ocupava mais de 1 milhão de quilômetros quadrados.

Mesmo reduzida e muito fragmentada, a Mata Atlântica possui uma importância enorme. Para aproximadamente 70% da população brasileira que vive em seu domínio - nas cidades, no campo, nas comunidades caiçaras e indígenas -, esse ecossistema regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural imenso.

Em 1993, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Fundação SOS Mata Atlântica apresentaram os resultados de um minucioso estudo sobre os desmatamentos na Mata Atlântica em dez Estados, do Rio Grande do Sul ao sul da Bahia, comparando imagens de satélite de 1985 e 1990. Os números impressionaram pesquisadores, órgãos do governo e organizações não-governamentais e tiveram ampla repercussão na imprensa nacional e internacional. Em apenas cinco anos, foi eliminado mais de meio milhão de hectares de Mata Atlântica nesses Estados, o equivalente a aproximadamente quatrocentos campos de futebol de matas destruídos por dia. Em Santa Catarina, o desmatamento foi de 99.412 hectares, o segundo maior do país.

A dramaticidade da situação da Mata Atlântica levou o Conselho Nacional do Meio Ambiente—Conama a aprovar, em 1992, uma proposta de regulamentação do parágrafo 4º do Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que transformara a Mata Atlântica em patrimônio nacional. Com base nessa proposta, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.285/92.

Devido à morosidade do processo legislativo, no qual a velocidade de decisão é inversamente proporcional à de destruição da Mata Atlântica, decidiu-se, simultaneamente, encaminhar o texto aprovado pelo Conama para que a Presidência da República o transformasse em decreto. A proposta, que tinha como objetivo garantir imediatas salvaguardas para a Mata Atlântica, enquanto se elaborava a lei, gerou o Decreto Federal nº 750, assinado pelo Presidente Itamar Franco, em 10 de fevereiro de 1993.

Fortemente influenciado pelos preceitos do desenvolvimento sustentável aprovados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que acabara de ocorrer, o Decreto Federal nº 750, ao contrário do que se afirma, não promove o congelamento da Mata Atlântica. Define critérios e procedimentos para aprovação de programas de exploração racional e de supressão das formações florestais, orientando as ações e criando instrumentos de controle eficazes, abertos à participação da sociedade.

Além de democrático, pois seu texto foi previamente aprovado no Conama, o mais amplo conselho da República, do qual participam representantes de todos os Estados da Federação, organizações não-governamentais, setor empresarial e o Governo Federal, este decreto é absolutamente preciso. Através de resoluções específicas, o Conama estabeleceu os parâmetros técnicos necessários para a aplicação do Decreto Federal nº 750, em todos os Estados com Mata Atlântica.

A precisão, a transparência e a aplicabilidade são as principais qualidades do Decreto Federal nº 750. Talvez resida, nesses aspectos, o problema. Acostumados com a ineficácia da legislação ambiental, alguns poucos, porém influentes, relutam em aceitar um dispositivo legal que os obrigue a planejar suas ações com base em novos parâmetros que não os do Brasil Colônia. Tampouco aceitam que seus projetos sejam objeto de avaliação de impacto ambiental e analisados de forma aberta pela sociedade.

Pelo exposto, Excelências, reafirmamos nossa convicção de que, enquanto o Projeto de Lei nº 3.285/92 aguarda aprovação pelo Congresso Nacional, a Mata Atlântica não pode prescindir do Decreto Federal nº 750, um dos mais modernos e efetivos dispositivos legais de conservação ambiental em vigor no país.